**SÚMULA DA 117ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE GOIÁS, REALIZADA NO DIA 28 DE JULHO DE 2021**

**PLENÁRIO**

Ao vigésimo oitavo dia do mês de julho de dois mil e vinte e um, por meio de aplicativo de reuniões virtuais, iniciou-se, em primeira convocação, a 117ª Reunião Plenária Ordinária, com a presença dos Conselheiros Estaduais membros: **Fernando Camargo Chapadeiro**, **Simone Buiate Brandão**, **Anna Carolina Cruz Veiga de Almeida, Roberto Cintra Campos, Janaína de Holanda Camilo, Luiza Lemos Antunes** e **Gabriel de Castro Xavier**. Presentes como ouvinte o Conselheiro Suplente **David Finotti.** Presentes também os empregados públicos do CAU/GO: **Isabel Barêa Pastore** (Gerente Geral), **Romeu José Jankowski Júnior** (Assessor Jurídico/Assessor de Plenário e Comissões), **Maria Ester de Souza** (Assessora da Presidência), **Leonidia Cristina Leão** (Gerente de Finanças e Planejamento) e **Elisa França** (Assessora de Comunicação). **I)** **Verificação de quórum.** O **Presidente** verificou o quórum e declarou aberta a sessão. **II) Leitura e discussão da pauta.** Pauta aprovada por unanimidade. **III) Discussão e aprovação da ata da reunião plenária anterior, 30/06/2021.** Ata aprovada por unanimidade. **IV) Extrato de Correspondências.** A Gerente Geral Isabel apresentou as principais correspondências enviadas e recebidas. **V) Apresentação de comunicações.** O Conselheiro Roberto Cintra relatou sobre a provocação do Prof. Antônio Manoel sobre a extinção da figura da Escola de Artes e Arquitetura - EAA, pela qual pugna apoio do CAU/GO acerca da citada extinção. Assim, requer que o CAU/GO posicione-se acerca da atitude adotada pela PUC Goiás. A Plenária, após discutir o assunto, encaminhou pela elaboração de notícia que reconheça e fortaleça a importância da EAA na formação da arquitetura e urbanismo no Estado de Goiás. **a) Dos Coordenadores das Comissões permanentes.** **1.1. Comissão de Administração e Finanças – CAF. Prestação de contas de Janeiro a junho de 2021.** A Coordenadora iniciou seu relato com um breve resumo sobre as atividades da comissão. Relata que no período de janeiro a junho foi realizado R$ R$ 455 mil a mais que o previsto, o que se deve ao maior numero de RRTs, além do recebimento de anuidades PF, taxas e multas que mantem o saldo crescente na receita. O valor realizado no período de janeiro a junho de 2021 apresentou um aumento de 32% em relação ao mesmo período de 2020, que foi prejudicado devido ao início da pandemia. As receitas foram 22% maiores que o previsto para o período, o que se deve aos maiores recebimentos de anuidades PF , RRT e taxas e multas. O valor realizado de anuidades no período de janeiro a junho de 2021 apresentou um aumento de 30% em relação ao mesmo período de 2020. As receitas de anuidades foram 15% maiores que o previsto para o período (PF+PJ), o que se deve aos maiores recebimentos de anuidades pessoa física. Crescimento de 3% em relação a Maio/21. O valor realizado de RRT no período de janeiro a junho de 2021 apresentou um aumento de 33% em relação ao mesmo período de 2020. A quantidade de RRTs gerados por profissional no período foi de 1,8 RRT/profissional, sendo um pouco menor que a média de 1,9 RRT/profissional dos últimos 3 anos. As despesas correntes foram R$ 469 mil menores do que o previsto. Ainda devido à condição da pandemia, os trabalhos continuam sendo realizados em regime híbrido, o que ocasiona redução nos custos de uso da sede física. O valor realizado no período de janeiro a junho de 2021 foi 4,2% menor que o realizado no mesmo período de 2020. As despesas correntes foram 25% menores que o previsto para o período, o que se deve aos menores gastos com a sede durante a pandemia. No período houve superávit de R$ 1.196 mil, que foi aplicado em fundo DI, que apresentou rendimento médio mensal de R$ 5.675,96. Estava previsto superávit de R$ 271mil, sendo realizados 340% a mais devido às menores despesas (-25%) e maiores receitas (+22%). Os gastos com pessoal encerraram o período de apuração em 37,0% da Receita.. **Reprogramação Orçamentária de 2021.** A Coordenadora da Comissão informou que a reprogramação orçamentária aprovada na reunião anterior, nos termos da Deliberação nº260, ainda não terá aplicabilidade, uma vez que os índices gerais da reprogramação orçamentária não foram aprovados pelo CAU/BR, ante o pedido de vistas do processo que aprova as diretrizes. Nestes termos, o CAU/GO aguardará a homologação das diretrizes e retomará o processo, e havendo mudanças das diretrizes, alterará o material já estudado pela CAF. **1.2. Comissão de Ética e Disciplina – CED.** O Coordenador adjunto da comissão relatou os processos discutidos e os encaminhamentos dados. Ressaltou o aumento do número de processos, que na verdade não quer dizer que houve aumento do número de denúncias, mas que as denúncias represadas durante a pandemia estão retomando fluxo. **1.3. Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional – CEPEF.** O relato foi breve dado que a única pauta foram os registros profissionais. **1.4. Comissão de Política Urbana e Ambiental – CPUA.** A Coordenadora Janaína relatou os eventos da CPUA, dando destaque à inclusão da temática Acessibilidade que contará com o apoio da convidada Sra. Trevisan. Relatou ainda sobre o evento cidades inclusivas para Mulheres. Destacou sobre o evento acerca da aprovação de projetos em parceria com o CAU/MS e CAU/DF, e sua participação. Solicitou aprovação da Plenária quanto à participação rotativa dos Conselheiros no grupo de análise dos projetos de lei que orbitam o Plano Diretor de Goiânia. Janaína se prontificou a acompanhar os projetos de lei sobre parcelamento, mas para os demais temas, caberia o rodízio dada a incompatibilidade de agenda. Assim, a Plenária aprovou que a Conselheira Janaína irá publicar os projetos de lei e colher os nomes dos Conselheiros que irão acompanhar os respectivos projetos e então será encaminhado ofício da Presidência em resposta à Prefeitura. **b) Da Gerência Geral.** Isabel informou que o CAU/GO acompanhará reunião com o Senador Jorge Kajuru sobre a MP 1.040 que extingue o salário mínimo profissional. Isabel também informou sobre demanda de profissionais da Prefeitura de Aparecida de Goiânia que tiveram seus salários reduzidos. Engenheiros também foram impactados, motivo pelo qual o CAU/GO e CREA/GO demandaram uma pauta junto ao Executivo do Município para tratar do assunto. A reunião deve ocorrer nos próximos dias. **c) Do Presidente.**  Fernando destacou que as discussões estão em torno do salário mínimo profissional e do CSC. No fórum de Presidentes, outro ponto que tem tomado a pauta é os problemas de comunicação com os profissionais, que muitas vezes desconhecem e não compreendem “o que é o CAU”, e exigem dele demandas que muitas vezes fogem das atribuições institucionais que trata a Lei 12.378/2010. **d) Do CAU/BR.** O Conselheiro não pode participar, pois estava, no mesmo momento, participando de reunião no âmbito do CAU/BR. Encerrados os pontos de pauta previstos na reunião e, nada mais havendo a tratar, o **Presidente** agradeceu a todos e deu por encerrada a sessão do que, para constar, eu, **Romeu José Jankowski Junior**, secretariei a sessão, lavrei a presente súmula que, depois de lida e achada conforme, será assinada por mim e pelo Presidente do CAU/GO, **Fernando Camargo Chapadeiro**. Goiânia, ao vigésimo oitavo dia do mês de julho de 2021.

**Fernando Camargo Chapadeiro**

Presidente do CAU/GO

**Romeu José Jankowski Junior**

Assessor Jurídico e de Comissões

Considerando a implantação de reuniões deliberativas virtuais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas (art. 7, parágrafo único, da Deliberação Plenária *Ad Referendum* n. 07/2020-CAU/BR).